

OS REFLEXOS DO CONSERVADORISMO E DO NEOLIBERALISMO BRASILEIRO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

REFLECTIONS OF CONSERVATISM AND BRAZILIAN NEOLIBERALISM IN SOCIAL POLICIES

LOS REFLEXOS DEL CONSERVADURISMO Y DEL NEOLIBERALISMO BRASILEÑO EN LAS POLÍTICAS SOCIALES

Amara Vitoria da Silva Gomes

Graduanda em Serviço Social, Universidade de Pernambuco.

E-mail: amaravitoria@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade refletir sobre o neoliberalismo e o avanço do conservadorismo no Brasil nas últimas décadas, bem como estudar como esse processo se reflete no campo das políticas sociais brasileiras, isto é, quais as consequências dessa ofensiva conservadora e neoliberal no campo social, em um país de capital periférico, produzido pela crise estrutural do capital nos anos 1970. Busca explicar, através de uma abordagem bibliográfica a obras como as de Antunes (2009) e Mézáros (2009) e seus interlocutores Netto & Braz (2007), as principais condições estruturantes da grande crise do capitalismo e o esgotamento do Estado intervencionista de bem-estar social e a ascensão dos ideais neoliberais e conservadores no país e no mundo. Estudar-se-ão as suas consequências para a organização social brasileira, onde os efeitos e sequelas de uma herança colonial e de uma industrialização tardia, afetaram e agravaram as condições de vida dos trabalhadores em meio a essa ofensiva neoliberal. Desse modo, refletir a respeito do avanço conservador e neoliberal no contexto brasileiro é de extrema importância para o entendimento do regime social contemporâneo e para entender as principais consequências para a classe trabalhadora de uma conjuntura retrógrada, marcada por diversas retiradas de direitos e com um vasto avanço de uma extrema-direita conservadora na qual nos encontramos.

Palavras-chave: Conservadorismo, Neoliberalismo, Políticas Sociais, Capitalismo.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on neoliberalism and the advance of conservatism in Brazil in recent decades, as well as study how this process is reflected in the field of Brazilian social policies, that is, what are the consequences of this conservative and neoliberal offensive in the social field, in a country of peripheral capital, produced by the structural crisis of capital in the 1970s. It seeks to explain, through a bibliographical approach to works such as those by Antunes (2009) and Mézáros (2009) and their interlocutors Netto & Braz (2007), the main structuring conditions of the great crisis of capitalism and the exhaustion of the interventionist welfare state and the rise of neoliberal and conservative ideals in the country and in the world. Its consequences will be studied for the Brazilian social organization, where the effects and sequelae of a colonial heritage and late industrialization, affected and aggravated the living conditions of workers in the midst of this neoliberal offensive. Thus, reflecting on the conservative and neoliberal advancement in the Brazilian context is extremely important for understanding the contemporary social regime and for understanding the main consequences for the working class of a retrograde conjuncture, marked by several removals of rights and with a vast advance of a conservative far right, in which we find ourselves.

Keywords: Conservatism, Neoliberalism, Social Policies, Capitalism.

RESUMEN

Este trabajo tiene por finalidad reflexionar sobre el neoliberalismo y el avance del conservadurismo en Brasil en las últimas décadas, así como estudiar como ese proceso se refleja sobre el campo de las políticas sociales brasileñas, es decir, cuáles son las consecuencias de esa ofensiva conservadora y neoliberal en el campo social, en un país de capital periférico, producido por la crisis estructural del capital en los años 70. Trata de explicar, por medio de un abordaje bibliográfico a obras como las de Antunes (2009) e Mézáros (2009) y sus interlocutores Netto & Braz (2007), las principales condiciones estructurales de la gran crisis del capitalismo y el agotamiento del Estado intervencionista de bienestar social y el ascenso de los ideales neoliberales y conservadores en Brasil y en el mundo. Se estudiarán sus consecuencias para la organización social brasileña, en donde los efectos y secuelas de una herencia colonial y de una industrialización tardía, afectaron e hicieron más graves las condiciones de vida de los trabajadores en medio a esa ofensiva neoliberal. De ese modo, reflexionar sobre el avance conservador y neoliberal en el contexto brasileño es de extrema importancia para el entendimiento del régimen social contemporáneo y para comprender las principales consecuencias para la clase trabajadora de una coyuntura retrógrada, marcada por diversas eliminaciones de derechos y con un amplio avance de una extrema-derecha conservadora, en la que nos encontramos.

Palabras-clave: Conservadurismo, Neoliberalismo, Políticas Sociales, Capitalismo.

INTRODUÇÃO

O crescimento do pensamento conservador e seu progressivo domínio nas sociedades capitalistas nas últimas décadas tem-se dado de forma explícita nas relações sociais, políticas e econômicas ao redor do mundo, tanto em países de capitalismo central como também em países de capital periférico, a exemplo do Brasil.

Dessa forma, este trabalho busca abordar inicialmente a grande crise estrutural do modo de produção capitalista na década de 1970; no tópico seguinte apresenta-se a ascensão dos ideais neoliberais no país, logo após o processo de redemocratização no final dos anos 1980. Também se estuda o desenvolvimento do conservadorismo brasileiro e as consequências dessa interferência conservadora e neoliberal sobre o campo social. Nesse campo se encontram as políticas públicas, responsáveis diretamente pela melhoria na qualidade de vida da classe trabalhadora que, por sua vez, é fruto de reivindicações das massas populares. As conquistas laborais, diante da atual conjuntura política e econômica, vêm sendo atacadas por uma ofensiva neoconservadora, que busca soluções para superar a crise financeira em que a sociedade capitalista se encontra, para assim poder manter seu domínio na sociedade.

Ao final, conclui-se que abordar a crise estrutural do capital e do projeto neoliberal, é uma importante ferramenta para o entendimento do fortalecimento do conservadorismo na contemporaneidade, cujos reflexos incidem sobre a realidade através

das diversas perdas de direitos e constantes retrocessos em conquistas sociais, apoiados por um discurso neoliberal de estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o mercado.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O PROJETO NEOLIBERAL

Abordar a crise estrutural do capital na década de 1970 é de extrema relevância para a compreensão de todo o avanço conservador vinculado ao projeto neoliberal na contemporaneidade. O novo ordenamento do modo de produção capitalista iniciado nos anos 1970, demarca um momento de inflexão frente às transformações societárias, demandadas pela refuncionalização do Estado, da revolução tecnológica como também do novo modelo organizacional de produção, a então chamada acumulação flexível.

Para Antunes (2009), a grande crise do capital tem por característica principal a decadência da taxa de lucro, motivada pelo aumento do valor da força de trabalho e associada, ainda, aos intensos conflitos e lutas sociais da classe trabalhadora iniciados na década de 1960. De acordo com Netto & Braz (2007), a crise de 1970 representou o esgotamento da *onda longa expansiva*, que resultou no declínio da taxa de lucro e afetou, em consequência, o crescimento econômico principalmente nos países de capitalismo central, onde “[...] nenhum país capitalista conseguiu manter as taxas do período anterior” (NETTO & BRAZ, 2007, p. 213).

Para Santos (2016), dois acontecimentos foram decisivos para o agravamento da crise financeira de 1971 a 1973; por um lado, o colapso do ordenamento financeiro mundial, juntamente com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro, que rompeu com os acordos de Bretton Woods; pelo outro, o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que tornaram a situação ainda mais crítica para o capital.

Mészáros (2009) afirma que a crise econômica instaurada na contemporaneidade, encontra-se em uma fase onde não há possibilidades de alternância entre expansão e recessão, o modo de produção capitalista vive uma crise sistêmica, duradoura e estrutural, que requer uma profunda análise e reflexão a respeito dos impactos ocasionados por esse novo rearranjo do capital.

Essa situação mostra claramente o alto índice de incapacidade da sociedade capitalista para solucionar as suas próprias contradições, de atender suas necessidades e proporcionar o desenvolvimento da humanidade; pelo contrário, está degradando-se a condição da existência humana em níveis acelerados, como nos aponta Santos (2016):

O capital mostra seu potencial destruidor com a devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua; como também, por outro lado, nega a satisfação das necessidades humanas mais elementares de milhões de pessoas que não têm acesso à riqueza produzida por eles mesmos nesse sistema, tanto nos países periféricos, como nos centrais. (SANTOS, 2016 p. 157-8).

Diante disso, projeto neoliberal passa a ganhar terreno propício para aplicação de seus ideais, devido ao esgotamento do *Welfare State* no final da década de 1960, que demandava a cada dia a necessidade de um enxugamento dos gastos públicos. O neoliberalismo surge da Segunda Guerra Mundial, em contraposição ao Estado intervencionista de bem-estar social. Para Teixeira (1998), o neoliberalismo expressou uma reação teórica e política ao movimento de intervenção estatal, passando a constituir a principal força estruturante do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social.

Dessa forma, o neoliberalismo denuncia que os efeitos do *Welfare State* podem ser danosos ao capital, a saber: a desmotivação, a concorrência desleal (através da proteção), a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas, o excesso de expectativas, além do crescimento do poder dos movimentos sociais em torno de suas demandas. Para os defensores do capital, a solução é mais “mercado livre” e menos “Estado social”. (SANTOS, 2016 p. 168-9).

O atual cenário do modo de produção capitalista, vivenciando uma crise estrutural, faz com que as medidas neoliberais invadam o ordenamento social que, juntamente com pensamento conservador, constitui-se em sucessivos ataques e retrocessos à classe trabalhadora, interferindo principalmente no campo social. La forma como essa ofensiva neoliberal e conservadora se impõe a países periféricos como o Brasil, veremos no próximo item.

O conservadorismo e o neoliberalismo brasileiro

Derivado das respostas à crise estrutural do capital, a intensificação do projeto neoliberal e do pensamento conservador, assim como nos aponta Coutinho (2010), se produz principalmente através dos fenômenos de “extrema-direita”, que estão cada vez mais aproximados de tendências irracionalistas ou de convergências decadentes da “miséria da razão”. Isso significa um leque de influências que não se resumem apenas ao pensamento conservador em sentido estrito, mas sim, desencadeiam uma ampla cadeia, multifacetária e complexa.

Segundo Machado (1997), não há possibilidade de entender o conservadorismo apenas do ponto de vista do senso comum ou de uma tradição teórica despida de determinações históricas, pois, trata-se de “uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-históricos muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa” (MACHADO, 1997 p. 43).

Para Netto (2011), o conservadorismo clássico, surgido no período moderno, passou por transformações substantivas ao longo da história, cujas características iniciais foram revertidas ou intensificadas. Tais transformações possuem como fundamento histórico, o desenvolvimento das contradições do sistema do capital - forças produtivas e relações de produção - que se particularizam no período de consolidação dos monopólios e da atual crise estrutural emergida na década de 1970, que possui implicações para a luta de classes e para o amplo terreno das alienações e ideologias.

No Brasil, o conservadorismo “tem o seu perfil marcado pela inserção periférica da economia brasileira no mercado mundial, determinando inclusive o sistema de saberes produzido” (SANTOS, 2007 p. 53), onde, juntamente com o avivamento das fortes influências das camadas políticas da então denominada extrema-direita, se intensificam manifestações de cunho fascista, neonazista, xenofóbico, racista dentre outros no país.

Além disso, outros fenômenos compõem essa atual conjuntura conservadora e neoliberal como, por exemplo, a conversão de intelectuais progressistas ao ideário da ordem pós-moderna e da ideologia da estabilidade em um cenário crítico, infirmado de qualquer tentativa de mudança social e política.

Assim como define Oliveira (in Sader e Gentil, 1996), o “neoliberalismo à brasileira” tem investido na destruição da utopia, esperança que alimenta os movimentos sociais, e dessa forma, dando espaço para o avanço de uma grande onda conservadora da qual o Brasil não tem memória e que, conseqüentemente, atinge diretamente a vida da classe trabalhadora brasileira. O pensamento conservador contemporâneo assume uma nova roupagem, adquirindo contornos específicos no contexto da divisão social do trabalho e do mercado, sem prejuízo na sua estruturação em totalidade. No Brasil, esse pensamento adquire propriedades europeias e norte-americanas combinadas com valores e ideais de nossa realidade concreta, gerando dessa forma, intensificações de tonalidades mais reacionárias.

Esse novo rearranjo incide sobre as grandes concepções que regem o ideário das classes dominantes no país, de onde extraem seus ideais sobre o papel do Estado, das liberdades civis e políticas, dos mercados, dos grandes proprietários como sujeitos políticos, da família, da propriedade etc. O desenvolvimento dessas apropriações desdobra-se em muitas outras tendências para intelectuais e forças políticas, “Em suma: quando o pensamento brasileiro 'importa' uma ideologia universal, isso é prova de que determinada classe ou camada social de nosso país encontrou nessa ideologia a expressão de seus próprios interesses brasileiros de classe” (COUTINHO, 2011 p. 41).

Apesar das conquistas alcançadas com a Constituição de 1998, os anos 1990 são marcados pela instauração da ofensiva neoliberal no país. A *Reforma do Estado* introduziu um amplo processo de reformatação, com intuito de promover uma redução de custos com o social para assim garantir maiores investimentos e lucros para o capital.

Essa conjuntura política e econômica da década de 1990 iniciou um grande giro conservador e neoliberal no país; o ideário neoliberal colocou no Estado a responsabilidade de responder e sanar a crise, exigindo adoção de medidas como as privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e o corte dos “gastos” com o social, por conseguinte as políticas sociais seriam afetadas, como veremos no próximo item.

A ofensiva neoliberal e conservadora nas políticas sociais

Diante de um cenário neoliberal, o Estado é chamado a reformar-se, para desregulamentar e liberalizar o capital no intuito de elevação das taxas de lucro. Para Borba (2015), essa medida representa o desmonte das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas, que possibilita o gradativo processo de destruição dos ganhos sociais assim como a barbarização da vida social. Portanto, nesse novo cenário de acumulação, as políticas sociais adquirem uma nova roupagem e são gradativamente atacadas por essa ofensiva neoliberal que tem por pressuposto a redução dos ganhos sociais conquistados.

É nesse cenário de liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais e de (contra) reforma do Estado, como forma de reestruturação e recomposição da hegemonia burguesa, que as políticas sociais assumirão uma nova feição, compatível com as estratégias atuais de acumulação, sob o comando financeiro. (MONTAÑO, 2011 p. 208).

Mesmo com a promulgação da Carta Magna em 1988, o campo das políticas sociais brasileiras apresenta a coexistência da universalização e seletividade, ao qual, reitera Behring (2007):

Apesar dos avanços, foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável [...], orientações que deram sustentação ao conservadorismo no campo da política social. Exemplo disso é a contraditória convivência entre universalização e seletividade, bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese a caracterização de dever do Estado para algumas políticas sociais. Outro exemplo importante foi a derrota das emendas sobre reforma agrária e a vitória dos ruralistas, grandes proprietários de terra. (BEHRING, 2007 p. 145).

Observa-se ao longo da história, que as políticas sociais são provenientes de contestações populares que culminaram em mecanismos de respostas estatais, ainda que numa direção contraditória, onde as políticas sociais funcionam como mecanismos de regulação e controle da classe trabalhadora, evitando que as massas populares se revoltem e desencadeiem um processo revolucionário. Dessa maneira, restringem os direitos sociais e transformam as políticas sociais em medidas compensatórias, pontuais e fragmentadas.

Behring (2007) salienta que “assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais [...] em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais
*Caderno Humanidades em Perspectivas - II Simpósio de Pesquisa Social e
II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Outubro/2019* 229

perversos da crise” (BEHRING, 2007 p. 156). Ou seja, as políticas sociais absorvem de forma parcial as demandas sociais, administrando a dinâmica dos conflitos propostos por essa problemática desde que atendam às necessidades do capital e não apresentem riscos à sua hegemonia.

Com o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, mais precisamente por volta dos anos de 1990, o Estado brasileiro reduziu sua participação na esfera econômica e tomou medidas de cunho político, econômico e social a fim de atribuir maior liberdade ao mercado e assim contornar a situação de crise na qual se encontrava. Com isso, desencadeou significativas consequências para a classe trabalhadora, pois retirou os poucos direitos que haviam sido alcançados, fragmentando e burocratizando as políticas sociais até então vigentes. Desse modo, esse novo cenário proposto pelo neoliberalismo e pelo conservadorismo altera toda a dinâmica da sociedade, de forma a garantir benefícios para o capital. Assim, Borba (2015) aponta que:

Em vista disso, o Estado e as políticas sociais desvelam sua natureza neoliberal, dado que no âmbito da seguridade social os investimentos são entendidos como gastos, ao mesmo tempo em que não atendem as necessidades dos segmentos mais pauperizados, pois para o Estado neoliberal os princípios de seguridade social e igualdade de oportunidades se constituem como impedimentos ao desenvolvimento econômico, em consequência disso restringirão as funções do Estado, a fim de diminuir dele a responsabilidade de redução das desigualdades sociais, afinal de contas é condição para o processo de acumulação capitalista a produção de desigualdades sociais. (BORBA, 2015 p.39).

Vale salientar que as construções de estratégias hegemônicas de legitimação no cenário neoliberal deslegitimam e desprestigiam a luta da classe trabalhadora diante da sociedade, mediante a descaracterização dos movimentos sociais e o desmonte das políticas públicas, pois o neoliberalismo tem por pressuposto uma ofensiva ideológica de desconstrução dos ganhos democráticos, no intuito de evitar qualquer possibilidade de mudança da sociedade. Afinal, esta é uma das características do Estado neoliberal, sua feição conservadora, que procura manter a todo o custo a forma da sociedade capitalista que vem intensificando seus sinais de esgotamento, através da reversão dos ganhos e conquistas trabalhistas e sociais que foram desenvolvidas ao longo da história.

Antes da constituinte, a pobreza no Brasil era considerada uma disfunção social e, por causa disso, o indivíduo era isolado do convívio social através da sua institucionalização em abrigos e nas Santas Casas de Misericórdia, que eram responsáveis por acolher os

pobres e miseráveis. É evidente que a Constituição de 1988 é considerada uma das mais avançadas do mundo em seu caráter democrático, garantidor de direitos individuais de cidadania, porém, o clientelismo e patrimonialismo, que são relações de natureza conservadora, continuam se reproduzindo na relação entre a sociedade política vs. sociedade civil. Esses aspectos perduram até a atualidade de nossa sociedade brasileira, fazendo com que a filantropia e a benemerência ocupem o lugar do que realmente é um direito garantido.

Ainda remetendo a Borba (2015), na realidade brasileira, o atendimento às expressões da questão social via Estado, só se materializou em virtude da expansão do desenvolvimento da industrialização. “O Estado foi motivado a atuar em razão da “ideologia do progresso”, no qual o país estava embebido” (BORBA, 2015 p. 40-1). Isto é, as relações sociais capitalistas no Brasil, diante do processo industrialização e urbanização, fizeram com que o Estado respondesse a essas necessidades com o desenvolvimento de ações destinadas à esfera social, para assim atender as demandas dos trabalhadores chegados às cidades e cumprir, dessa forma, com as exigências do crescimento industrial capitalista no país.

Assim, conclui-se que a política social é uma importante ferramenta de enfrentamento à questão social, todavia, ela não oferece condições de emancipação econômica à população, como é apontado por Forti et al (2011):

[...] o aprofundamento e a degradação das condições de vida e trabalho das classes subalternizadas não é um problema que pode simplesmente ser corrigido com políticas sociais corretivas (redistributivistas). Elas são decorrentes da forma contraditória das relações sociais em que a propriedade privada é a sua base. (FORTI et al, 2011 p. 102).

Portanto, o Estado assume a tutela dos pobres e miseráveis no intuito de garantir os mínimos necessários à sobrevivência para essa parcela da população; essa situação se agrava a cada dia, mediante as exigências de enxugamento dos investimentos no campo social. Os indivíduos sofrem com a perda de seus direitos, motivada pelo avanço conservador e neoliberal na sociedade, que são demandados pela regulação e regimento da sociedade capitalista. De dessa forma, a necessidade da consciência de classe e emancipação da vida humana torna-se necessária e mais próxima de acontecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise estrutural do sistema capitalista intensifica os processos de contradição capital vs. trabalho, e assim instaura uma nova dinâmica para a sociedade contemporânea. Os avanços dos ideais neoliberais que surgem ainda no cenário pós-segunda grande guerra, passam a ganhar terreno diante do esgotamento do modelo de Estado intervencionista de bem-estar e assim, juntamente com uma perspectiva conservadora, adotam medidas cujos reflexos incidem diretamente na vida do proletariado.

Dessa forma, este trabalho teve por finalidade abordar o estudo da conjuntura instaurada diante da ofensiva conservadora e neoliberal, na qual se encontra a sociedade ao redor do mundo, como também em países de capital periférico como o Brasil, marcado pelo ordenamento e funcionamento do mercado como principal expoente e sem interferência estatal. Nessa conjuntura, anulam-se regulamentações governamentais e se destroem os sindicatos, ações estas que são as principais características da adoção dessas medidas em solo brasileiro.

A propagação da ideologia neoliberal foi bastante articulada para disseminar seu ideário de liberdade para ascensão econômica, mas que na verdade mascara seu caráter predatório e marcado por desmonte das políticas sociais. Na verdade, busca solucionar os efeitos da crise através da retirada de direitos das massas populares. Com isso, o país vivencia uma grande fragilização da esquerda, associado ao avanço dos segmentos conservadores que intensificam esse processo parasita que exige a dinâmica neoliberal. “A sociedade brasileira está diante de uma ofensiva conservadora, que se aproveita de entrelaçadas crises na economia, na política [...] e nos meios sociais para fazer avançar seus objetivos” (GUIMARÃES, 2015).

Diante disso, concluímos que a partir do conhecimento e compreensão da realidade na qual se encontra a sociedade brasileira, a mobilização da classe trabalhadora no enfrentamento a essa ofensiva conservadora se faz cada vez mais necessária, para que assim se reconfigure a conjuntura política e contemporânea do país. É preciso impedir o retrocesso das trajetórias de lutas vivenciadas e conquistadas e a volta das intensas desigualdades e vulnerabilidades sociais, visando assim, a construção de um país mais justo, mais democrático, menos desigual e mais próspero para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 10. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BORBA, Tiana de Jesus Araújo. **As formas de expressão do conservadorismo na política de assistência social e sua reprodução na prática profissional dos(as) assistentes sociais nos CRAS de João Pessoa-PB**. João Pessoa, 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura. In: _____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FORTI, Valéria; MARCONSIN, Cleier; FORTI, Lorena. **Direitos Humanos e Serviço Social: Debater é preciso**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A ofensiva conservadora e as crises**. Brasil de fato: agosto, 2015.
- MÉZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo a brasileira. In: SADER E, GENTILI P. (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle do capital**. 1. Ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TEIXEIRA, Francisco J. S. O neoliberalismo em debate. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho** / Francisco J. S. Teixeira & Manfredo Araújo de Oliveira (orgs.). 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade do Ceará, 1998.